



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 054

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE JUNHO DE 2003**
(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Delegado Bradock.

Às dezoito horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1408

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUE-REM, após ouvido o Plenário, seja aprovado pedido

de inclusão na pauta da primeira quinzena do mês de agosto de 2003, o Projeto de Lei nº 307/2003, que dispõe sobre os produtos geneticamente modificados - transgênicos.

O referido requerimento se justifica pelo fato de que a regulamentação dos produtos transgênicos, no âmbito do Estado do Paraná é matéria de grande relevância, especialmente pelos reflexos econômicos e sociais na agricultura paranaense.

Ademais, temos que levar em conta a reivindicação de todo o setor da agricultura do Estado, principalmente a do Movimento dos Sem Terra - MST que no dia de hoje ocupou praças de pedágios nas rodovias, cobrando uma alternativa.

Ressaltamos ainda que entrando o projeto na Ordem do Dia, facilitaria a discussão da legalidade e do mérito pelo parlamento.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(A) LUCIANA RAFAGNIN, ELTON CARLOS WELTER, PADRE PAULO CAMPOS E TADEU VENERI.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 359/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/2002, dispondo que a carreira do Magistério Estadual, estruturadas pelos cargos de professor e de especialista de Educação, passa a contar com cargos de vinte e quarenta horas/aula semanais, conforme especifica. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. COM EMENDAS DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emendas: **Aprovadas.**

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1408, de autoria dos deputados Padre Paulo Campos, Elton Carlos Welter, Tadeu Veneri e da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 359/2003.

Levanta-se a Sessão.

CPI do Pedágio:

REGIMENTO INTERNO DA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO PEDÁGIO

Aprovado pelos membros da CPI
na reunião de 15 de abril de 2003.

Os deputados estaduais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, imbuídos do firme propósito de fortalecer a instituição do Poder Legislativo, reforçando os princípios de suas atividades parlamentares de fiscalização dos atos públicos, preocupados em estabelecer regras, parâmetros, limites e principalmente funções modernas e exequíveis para o desenvolvimento dos trabalhos legislativos no que tange a matérias afetas a inquérito, resolvem PROMULGAR o presente REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PEDÁGIO.

Capítulo I**Da Sede, Composição e Competência**

Art. 1º - A Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, instituída através do Ato da Presidência nº 05/03, de 17 de março de 2003, atendendo ao requerimento de Plenário aprovado na Sessão de 18 de fevereiro de 2003, funcionará na sede do Poder Legislativo, no Palácio Dezenove de Dezembro, Centro Cívico, Capital do Estado.

Art. 2º - A CPI do Pedágio é composta de sete membros efetivos e sete suplentes, deputados estaduais indicados na forma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, atendido o princípio de proporcionalidade partidária, para o fim precípuo de cumprimento da função institucional do Poder Legislativo, no âmbito público e privado do Estado do Paraná, de análise e posicionamento sobre assuntos concernentes aos contratos do Estado com empresas concessionárias dos pedágios das rodovias paranaenses, com fato determinado a apurar constante do requerimento e ato de instalação, recebendo poderes e atividades disciplinados neste Regimento e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa, além dos constantes da Lei Federal nº 1579/52, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

§ 1º - Os deputados membros efetivos da CPI do Pedágio são:

- I - deputado estadual André Vargas;
- II - deputado estadual Delegado Bradock;
- III - deputado estadual Ademar Traiano;
- IV - deputado estadual Valdir Rossoni;
- V - deputado estadual Duílio Genari;
- VI - deputado estadual Barbosa Neto;
- VII - deputado estadual Plauto Miró Guimarães.

§ 2º - Os deputados suplentes dos membros efetivos mencionados no parágrafo anterior são respectivamente:

- I - deputado estadual Hermes Fonseca;
- II - deputado estadual Antonio Anibelli;
- III - deputado estadual Durval Amaral;
- IV - deputado estadual Vanderlei Iensen;
- V - deputado estadual Luiz Fernandes da Silva

Litro;

- VI - deputado estadual Fernando Ribas Carli;
- VII - deputado estadual Nelson Garcia.

Art. 3º - A Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio tem um presidente e um vice-presidente, além de um relator, todos eleitos pelos membros efetivos na forma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, sendo que nas ausências e impedimentos, o presidente será substituído pelo vice-presidente, que nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro efetivo mais idoso.

§ 1º - O presidente da CPI do Pedágio é o deputado estadual André Vargas, sendo eleito para vice-presidente da Comissão o deputado estadual Delegado Bradock e para relator o deputado Ademar Traiano.

Art. 4º - Compete ao presidente da Comissão:

I - convocar formalmente as reuniões, informando a hora e local, bem como a pauta a ser discutida;

II - convocar suplentes quando da ausência de membros efetivos;

III - presidir a todas as reuniões, dirigindo os trabalhos e suspendendo-os quando julgar necessário, resolvendo as questões na forma deste Regimento e utilizando-se suplementarmente das normas contidas no Regimento Interno da Assembléia Legislativa e no Código de Processo Civil e Penal Brasileiro;

IV - distribuir as questões em investigação para análise e pronunciamento através de pareceres, designando para tanto, relatores dentre os membros da Comissão;

V - determinar a publicação das atas das reuniões;

VI - solicitar ao presidente da Assembléia, substitutos para os membros da Comissão, que por cassação, abandono, renúncia, impedimentos, excesso de ausências às reuniões da Comissão, deixem de cumprir com suas obrigações junto à Comissão;

VII - manifestar o voto de qualidade no caso de empate da votação, exceto quando a questão em discussão for de sua iniciativa;

VIII - avocar para si o direito de emitir pareceres sobre questões relativas ao tema da investigação;

IX - constituir subcomissões, e atribuir-lhes missões a serem cumpridas.

Art. 5º - Compete à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, de forma suplementar ao fato determinado a investigar constante do requerimento que deu origem à Comissão, investigar:

I - e dar pareceres conclusivos sobre todas as questões em investigação, manifestando-se em todas as matérias correlatas a pedágio em vias do Paraná, quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais, e principalmente sobre o mérito das questões, procedendo minuciosa análise jurídica dos termos dos contratos de concessão de pedágio, buscando identificar irregularidades na contratualização e na execução e cumprimento de todas as cláusulas especificadas pelas partes;

II - e promover estudos, pesquisas e investigações relativas à área de pedágio no Paraná, detectando problemas e apontando soluções através de indicação legislativa;

III - e tomar a iniciativa da elaboração de proposições ligadas aos estudos que realizar;

IV - e analisar as políticas implementadas, de melhoria das condições das rodovias, observando o respeito, a manutenção e execução da legislação vigente, por parte de órgãos e instituições públicas e também da área privada, principalmente no que concerne:

- a) propaganda nas rodovias;
- b) venda, comercialização e distribuição de bebidas alcoólicas nas rodovias;
- c) cartazes de advertências aos motoristas;
- d) condições das vias;
- e) projeto de conservação das vias;
- f) plano de emergência para acidentes nas rodovias;
- g) segurança policial das rodovias;
- h) condições de pontes, viadutos, etc;
- i) realização de obras nas rodovias;
- j) valor do pedágio;
- k) prestação dos serviços por parte das concessionárias;
- l) preservação do meio ambiente na orla das rodovias;
- m) incêndios nas beiras das rodovias;
- n) estatísticas das rodovias;

V - solicitando à SEcretaria de Estado dos Transportes, relatórios sobre suas atividades das concessionárias de pedágio, comparando com as informações emitidas pelos representantes das mesmas, através de documentos ou depoimentos à CPI;

VI - solicitando o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

VII - recebendo petições, reclamações ou representações de qualquer cidadão, contra atos ou omissões de autoridades ou instituições públicas ou privadas, em especial concessionárias do pedágio, analisando e dando

a devida destinação aos órgãos competentes para a resolução dos problemas e irregularidades detectadas;

VIII - constituir subcomissões para cumprir missões de fiscalização e inquérito, em cumprimento ao disposto no inciso IV, deste artigo, emitindo relatórios que deverão ser publicados no Diário da ALEP.

Capítulo II Das Reuniões

Art. 6º - As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio serão preferencialmente realizadas na sede do Poder Legislativo, e são divididas em:

I - reuniões ordinárias, que são as realizadas obrigatoriamente uma vez por semana, todas as quartas-feiras, às 10h00, dentro do período de Sessões Legislativas da Assembléia, para análise e cumprimento da investigação, na forma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa e deste Regimento, e poderão ser públicas ou reservadas de sigilo;

II - reuniões extraordinárias, que são as realizadas por convocação de qualquer dos membros da Comissão, para análise de fato ou assunto determinado, de relevante interesse público, e poderão ser públicas ou reservadas de sigilo, bem como realizadas em caráter de emergência;

III - reuniões especiais, que são as realizadas fora da sede, em qualquer lugar do território do Estado do Paraná, e poderão ter caráter de reunião ordinária ou extraordinária, sendo públicas ou reservadas de sigilo.

Parágrafo Único - A requerimento, qualquer deputado da Assembléia poderá solicitar ao presidente da Comissão a convocação de reunião de emergência para tratar o assunto relevante e previamente determinado.

Art. 7º - Das reuniões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo que houver ocorrido, digitadas em folhas avulsas, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia e encadernadas, além de serem taquigrafadas, documento que será apenso à ata.

Parágrafo Único - Peças documentais ou similares, integrantes de atas ou de investigações, notas taquigráficas com teor sigiloso e reservado não deverão ser publicados.

Das Vagas, Faltas e Impedimentos

Art. 8º - O membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que deixar de comparecer a duas reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto, pelo presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer deputado, na forma do Regimento Interno da Assembléia.

§ 1º - Na ocorrência da hipótese mencionada no *caput* deste artigo, o presidente da Assembléia Legislativa poderá indicar qualquer deputado independente de proporcionalidade partidária, a fim de garantir o andamento da investigação dentro do prazo regimental.

Art. 9º - Na impossibilidade de comparecimento de membro efetivo da Comissão Parlamentar às reuniões, o mesmo deverá notificar o presidente da Comissão com antecedência mínima de quatro horas antes da reunião.

Parágrafo Único - Na ocorrência da hipótese de *caput* deste artigo, o presidente da Comissão deverá convocar o suplente no membro efetivo, e na impossibilidade de comparecimento também deste, deverá solicitar ao presidente da Assembléia a indicação de substituto para reunião, observados os procedimentos e objetivos constantes do parágrafo 1º, do artigo 8º.

Art. 10 - Na hipótese de ausência às reuniões, mesmo que justificada para fins de convocação do suplente, será computada como falta na ata da reunião e em livro próprio da Comissão, para o propósito manifesto no artigo 8º, deste Regimento.

Dos Trabalhos

Art. 11 - Os trabalhos das reuniões da CPI do Pedágio obedecerão preferencialmente a seguinte ordem:

I - leitura, discussão e votação da ata da Sessão anterior;

II - leitura sumária do expediente;

III - leitura da pauta da reunião;

IV - chamamento de depoentes, intimados ou convidados a depor, tomando as seguintes providências:

a) identificação do depoente, através de documento especificando a qualificação completa;

b) compromisso verbal e escrito de dizer a verdade perante a Comissão;

c) coleta dos depoimentos, permitindo-se a apresentação de documentos, vídeos, etc, como também o acompanhamento de procurador advogado, legalmente constituído (apresentação de procuração), salientando que o causídico não deverá manifestar-se por se tratar de inquirição específica e privativa da Comissão Parlamentar, podendo comunicar-se através de requerimentos escritos endereçados à Comissão;

V - organização de subcomissões para cumprir missões de fiscalização para cumprimento do inciso IV, do artigo 5º, e inciso III, do artigo 6º, deste regimento;

VI - leitura, discussão e votação de relatórios de subcomissões;

VII - leitura, discussão e votação dos relatores;

VIII - leitura, discussão e votação de requerimentos.

Art. 12 - As convocações dos membros para reuniões da Comissão serão feitas através de documento próprio, constando a hora, local da realização e a pauta dos trabalhos.

Parágrafo Único - As convocações para reuniões ordinárias deverão ser feitas com antecedência de vinte e quatro horas.

Art. 13 - As deliberações da Comissão serão por maioria de votos com a presença mínima da maioria do número total de membros efetivos, quórum este não exigido para abertura de reuniões e votação de atas, ficando nestes casos estabelecida a exigência da presença mínima de quórum de dois deputados, situação especialíssima em virtude da constituição de sub-comissões parlamentares, que poderão estar prestando missões em outros locais concomitantemente, sem prejuízo dos demais trabalhos da Comissão objetivando-se o cumprimento do prazo exíguo de 120 dias a partir da instalação, para apresentação de relatório conclusivo.

Art. 14 - Quando da análise das questões afetas à Comissão, qualquer deputado poderá solicitar diligências a órgãos públicos e privados, objetivando buscar novos elementos e opiniões técnicas acerca do assunto, para melhor fundamentar pareceres conclusivos e relatórios de sub-comissões.

Art. 15 - Designado relator para análise de qualquer questão da CPI, o mesmo terá cinco dias de prazo, a contar da designação, para apresentar parecer conclusivo por escrito, parecer este que sofrerá deliberação da Comissão na primeira reunião subsequente.

Parágrafo Único - O presidente da Comissão, a requerimento fundamentado do relator, poderá prorrogar por mais cinco dias o prazo para apresentação do parecer, sendo que esgotados os prazos, sem apresentação, o presidente deverá nomear novo relator.

Da Estrutura Administrativa e do Assessoramento

Art. 16 - O assessoramento dos trabalhos da CPI do Pedágio, será realizado pela Diretoria Legislativa da Assembléia, através de um consultor jurídico, três secretárias executivas, e demais assessores administrativos necessários, escolhidos pelo diretor legislativo dentre os integrantes do Quadro de servidores da Diretoria Legislativa da Assembléia, para administração da Secretaria e assessoramento direto do presidente da CPI.

Parágrafo Único - O relator geral deputado Ademir Traiano, contará com equipe de assessoramento técnico e administrativo próprio, para auxílio na produção do relatório.

Art. 17 - As secretárias executivas da CPI do Pedágio, além de outras funções designadas no Regimento Interno, terão as seguintes atribuições junto à CPI:

I - secretariar diretamente ao presidente da Comissão;

II - secretariar as reuniões da Comissão;

III - elaborar o instrumento de convocação dos membros da Comissão para reuniões, a pedido do presidente;

IV - proceder pessoalmente a convocação dos membros da Comissão, obtendo recibo de entrega;

V - elaborar a pauta da reunião da Comissão na forma determinada pelo presidente;

VI - cientificar os membros da Comissão da pauta da reunião no momento da convocação;

VII - manter o livro de presença das reuniões em ordem, cientificando periodicamente o presidente das ausências reiteradas e faltas injustificadas dos membros da Comissão;

VIII - manter o sistema registro de rodízio de indicações de relatores de sub-comissões;

IX - responsabilizar-se pelo controle dos prazos regimentais para os relatores das sub-comissões cumprirem suas missões, emitindo seus pareceres, informando periodicamente ao presidente a ocorrência de decursos de prazo, a fim de que se proceda à indicação de novos relatores;

X - elaborar as atas das reuniões da Comissão e mantê-las devidamente arquivadas sob sua responsabilidade e guarda;

XI - realizar a publicação nos Anais da Assembléia, das atas, pareceres, relatórios das missões da Comissão, e demais atos, após autorização do presidente;

XII - manter-se bem informado de toda a legislação estadual e federal existente que verse sobre o tema principal da CPI, constituindo acervo legislativo e arquivando documentos temáticos sob sua guarda e responsabilidade, bem como estabelecer estreito relacionamento com órgãos e instituições governamentais ou não, a fim de atarem intercâmbio de informações;

XIII - disponibilizar cópia autenticada pela Secretaria da CPI, de todos os documentos requisitados pelo relator geral da CPI, deputado Ademar Traiano, ou por sua equipe de assessoramento direto.

Das Missões e Sub-Comissões

Art. 17 - A requerimento de qualquer deputado e por determinação do presidente da CPI, poderão ser constituídas sub-comissões, que terão missões pré-determinadas a cumprir, com prazo estipulado e metas a serem atingidas, com a finalidade de proceder investigações, fiscalizações e serviços especiais de levantamento de dados e informações, sob a coordenação de pelo menos um membro da Comissão, que apresentará relatório da missão.

Parágrafo Único - O requerimento que solicitar a constituição de sub-comissão, deverá mencionar os motivos e o caráter da missão, os objetivos a serem alcançados, o prazo para realização e duração, que não poderá ser superior a 30 dias a contar de sua constituição.

Art. 18 - As missões, para cumprimento de suas metas, contarão com o apoio técnico de servidores da Assembléia integrantes da Diretoria Legislativa, bem como de qualquer servidor público do Estado do Paraná, requisitado para prestar serviços temporários para cumprimento de missão.

Art. 19 - Procedidas todas as investigações necessárias, o presidente da CPI enviará toda a documentação ao relator geral da CPI, que embasado nos pareceres, relatórios das sub-comissões e missões, documentos e dados constantes do acervo da CPI, elaborará o relatório final da Comissão, que sofrerá deliberação interna da CPI, antes de ser enviado ao exame do Plenário da Assembléia Legislativa, na forma de projeto de resolução.

Art. 20 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação.

Sala de Reuniões da Comissão Parlamentar,
em 15.04.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

Presidente

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PEDÁGIO

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA- 14.05.2003

Aos quatorze dias do mês de maio, do ano de dois mil e três, às 09h00, reuniram-se na Sala de Reuniões desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Braddock (vice-presidente), Plauto Miró, Barbosa Neto, Ademar Traiano (relator) e Duílio Genari. O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos passando a palavra aos convidados, senhor Belmiro Valverde Jobim Castor; e aos prefeitos Antonio Colaço de Irati; José Aparecido Bisca, de Arapongas; Cláudio Dirceu Eberhard, de Santa Terezinha de Itaipu; Helder Teófilo, de Morretes; e Reinaldo Ramos Reis, de Sertãoópolis. O prefeito de Apucarana, senhor Walter Pegorrier não pode comparecer à reunião, o que justificou ao senhor presidente. Os convidados presentes leram o termo de compromisso e iniciaram suas considerações a respeito da concessão de rodovias pedagiadas no Estado do Paraná, referindo-se principalmente aos seus municípios. O senhor Belmiro Valverde e o senhor prefeito de Irati, Antonio Colaço, entregaram documentos, em complemento às suas locuções, que foram recebidos oficialmente pelo presidente da CPI. Foram questionados pelo senhor presidente e pelos senhores deputados sobre os efeitos das rodovias pedagiadas em seus municípios. Os convidados responderam a todos os questionamentos, enriquecendo em muito o conhecimento dos membros da CPI dos Pedágios com suas informações. O senhor presidente, André Vargas, agradece as considerações dos senhores convidados, e comunica aos senhores deputados presentes o encaminhamento do Ofício nº 146/2003, datado de 08 de maio do corrente, solicitando

ao presidente desta Casa de Leis, deputado Hermas Brandão, autorização para contratação do advogado Adilson Abreu Delari, para o mesmo realizar análise mais profunda sobre as concessões em nosso Estado, para que esta CPI possa atingir seus objetivos com maior sucesso; ofício este assinado pelo presidente da CPI, deputado André Vargas e pelo relator deputado Ademar Traiano. Tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima quarta-feira, dia 21 de maio às 09h00 na sala de reuniões da Assembléia Legislativa, com a seguinte pauta: Oitiva do senhor Rogério Walbach Tizzot, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

ANDRÉ VARGAS - Presidente da CPI
Sônia G.O. Carvalho- Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO PEDÁGIO
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA- 21.05.2003

Aos vinte e um dias do mês de maio, do ano de dois mil e três, às 09h00, reuniram-se na Sala de Reuniões desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Barbosa Neto, Ademar Traiano (relator). O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos, informando aos senhores deputados o recebimento do Ato da Presidência de nº 08/2003, a respeito das Comissões Parlamentares de Inquérito. Os senhores deputados procederam algumas discussões sobre os rumos dos trabalhos, direcionando algumas questões, ficando decidido que no dia 27 de maio do corrente esta CPI convidará, novamente o senhor Rogério Walbach Tizzot diretor geral do Departamento de Estradas e Rodagem-DER, e no dia 28 o senhor João Chiminazzo Neto, diretor regional da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR, para prestarem valiosas informações a respeito das rodovias pedagiadas no Estado do Paraná à CPI. O senhor presidente André Vargas agradece a presença de todos. Tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima terça-feira, dia 27 de maio às 17h00 na sala de reuniões da Assembléia Legislativa, com a seguinte pauta: Oitiva do senhor Rogério Walbach Tizzot, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que,

após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

ANDRÉ VARGAS - Presidente da CPI
Sônia G.O. Carvalho- Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO PEDÁGIO
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA- 27.05.2003

Aos vinte e sete dias do mês de maio, do ano de dois mil e três, às 17h00, reuniram-se na Sala de Reuniões desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Plauto Miró, Barbosa Neto, e Ademar Traiano (relator). O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos e passou a palavra ao senhor Rogério Walbach Tizzot, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem-DER que foi convidado por esta CPI para prestar informações a respeito das rodovias pedagiadas em nosso Estado. O senhor Rogério Tizzot fez algumas considerações baseando-se em documentos apresentados através do retroprojeto, e após colocou-se à disposição dos senhores deputados para as perguntas; respondendo a todos e enriquecendo o conhecimento dos senhores deputados. O senhor presidente, André Vargas, agradece a presença de todos. Tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima quarta-feira, dia 28 de maio às 09h00 no Plenarinho da Assembléia Legislativa, com a seguinte pauta: Oitiva do senhor João Chiminazzo, diretor Regional da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

ANDRÉ VARGAS - Presidente da CPI
Sônia G.O. Carvalho- Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO PEDÁGIO
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA- 28.05.2003

Aos vinte e oito dias do mês de maio, do ano de dois mil e três, às 09h00, reuniram-se na Sala de Reuniões desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Plauto Miró,

Barbosa Neto, Ademar Traiano (relator) e Duílio Genari. O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos e passou a palavra ao senhor Chiminazzo Neto, diretor regional da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, que foi convidado por esta CPI para prestar informações a respeito das rodovias pedagiadas em nosso Estado, que compareceu acompanhado do advogado Pedro Estevam A.P. Serrano. O senhor Chiminazzo fez algumas considerações baseando em apresentação através de retroprojeto, e após passou às mãos do senhor presidente, oficialmente, alguns documentos e colocou-se à disposição dos senhores deputados para as perguntas; respondendo a todos os questionamentos enriquecendo o conhecimento dos senhores deputados. O senhor presidente, André Vargas, agradece a presença de todos. Tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima quarta-feira, dia 04 de junho às 09h00 na sala de reuniões da Assembléia Legislativa. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

ANDRÉ VARGAS - Presidente da CPI
Sônia G.O. Carvalho- Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO PEDÁGIO
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA- 04.06.2003

Aos quatro dias do mês de junho, do ano de dois mil e três, às 09h00, reuniram-se na Sala de Reuniões desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Plauto Miró, Barbosa Neto, Ademar Traiano (relator) e Duílio Genari. O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos. Os senhores deputados presentes fizeram vários questionamentos sobre os caminhos que a CPI deverá seguir a partir de agora. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradece a presença de todos e encerra os trabalhos, marcando outra reunião interna, para a próxima terça-feira, dia 17 de junho às 09h00, onde será colocado para apreciação dos senhores deputados e posterior votação o Relatório final da CPI, na Sala de reuniões da Assembléia Legislativa. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que, após lida e aprovada

será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

ANDRÉ VARGAS - Presidente da CPI
Sônia G.O. Carvalho- Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO PEDÁGIO
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA- 16.06.2003

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e três, às 17h00, reuniram-se na Sala de Reuniões da Presidência, desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, reunião essa que seria realizada no dia dezessete de junho e que foi antecipada, para esta data através do Ofício nº 24/2003, assinado pelos senhores deputados Plauto Miró Guimarães Filho, Ademar Traiano, Waldir Rossoni e Barbosa Neto. Presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Plauto Miró, Barbosa Neto, Ademar Traiano (relator) Delegado Bradock, Barbosa Neto, Duílio Genari e Valdir Rossoni. O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida passou a palavra ao senhor relator da CPI, deputado Ademar Traiano que iniciou a leitura da síntese do Relatório Final da CPI, contendo 29 (vinte e nove) laudas. Após a leitura, os senhores deputados presentes fizeram algumas observações a respeito do mesmo, inclusive citando trechos das notas taquigráficas no dia 27 de junho do corrente, data em que o senhor Rogério Wallbach Tizzot, diretor do DER compareceu à reunião desta CPI. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião interna para a próxima terça-feira, dia 17 de junho às 16h00 onde será colocado para apreciação dos senhores deputados e posterior votação o Relatório Final da CPI, na sala de reuniões da Presidência da Assembléia Legislativa. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

ANDRÉ VARGAS - Presidente da CPI
Sônia G.O. Carvalho- Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO PEDÁGIO
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA- 17.06.2003.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e três, às 16h00, reuniram-se na Sala de Reuniões da Presidência desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Plauto Miró, Barbosa

Neto, Ademar Traiano (relator) Delegado Bradock, Barbosa Neto, Duílio Genari e Valdir Rossoni. O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida colocou em votação o Relatório final elaborado pelo relator da CPI, deputado Ademar Traiano. A votação iniciou-se com o deputado Delegado Bradock que passou a ler seu voto em separado apostado ao Relatório do deputado Traiano. Diante da extensão do voto em separado ao senhor deputado Delegado Bradock solicitou ao deputado Barbosa Neto que procedesse à leitura, solicitação esta que foi gentilmente atendida. Dando sequência, o presidente ultimou o processo de deliberação

sendo que os senhores deputados: Barbosa Neto, Duílio Genari, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, votaram favorável ao Relatório do relator, deputado Ademar Traiano, ficando prejudicado, então, o voto em separado do deputado Delegado Bradock, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sonia G.O.Carvalho - Secretária da CPI